

TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Planalto/RS

Secretaria Municipal de Obras e Viação.

Necessidade da Secretaria: Aquisição de peças para o Rolo JCB

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de peças para o Rolo JCB.

Esta aquisição se faz necessária para atender as necessidades atuais e futuras, no que tange a presente contratação, esta se justifica pela necessidade de manter a frota de máquinas em perfeitas condições de uso e em bom estado de conservação, à disposição do serviço a qualquer tempo que forem demandados e, no caso de situações emergenciais.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Conforme já descrito no Estudo Técnico Preliminar, a aquisição de peças para o Rolo JCB se faz necessária para atender as necessidades atuais e futuras, no que tange a presente contratação, esta se justifica pela necessidade de manter a frota de máquinas em perfeitas condições de uso e em bom estado de conservação, à disposição do serviço a qualquer tempo que forem demandados e, no caso de situações emergenciais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a aquisição de peças para o Rolo JCB conforme as seguintes especificações:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	Valor unitário	VALOR TOTAL
01	01	UN	ANEL BORRACHA 96X2	R\$ 32,15	R\$ 32,15
02	01	UN	ACOPLAMENTO	R\$ 15.171,58	R\$ 15.171,58
					R\$ 15.203,73

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



4.1. Os produtos adquiridos têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES.

Da Contratante:

- Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;
- Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme disposto no edital, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

Da Promitente Fornecedora.

- Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- Evitar o emprego de acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título;
- Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;
- Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos, devendo a entrega se dar no Município de Planalto, conforme disposto no presente Termo de Referência;
- Designar profissional responsável pela entrega dos produtos;



2

- Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, ao contratante e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito a segurança, quando da execução do objeto licitado;
- Arcar com todas as despesas relativas à entrega dos produtos, inclusive, as relativas ao seu transporte.
- Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados.
- Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- Manter durante toda a execução deste as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme Lei nº 14.133/2021.
- Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, contrato social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.
- Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento do produto a terceiros, sem o expreso consentimento da Contratante;
- Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível



3

com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

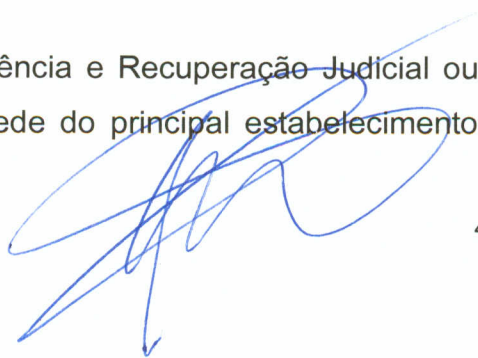
- a) ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;
- c) cópia do decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no caso de pessoas naturais, ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

- Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento



da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para apresentação do documento;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O fornecimento do produto será prestado em função das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, manifestadas mediante solicitação escrita à **CONTRATADA**, em que deve ser formalizado o pedido correspondente.

5.2. Os produtos deverão ser entregues com qualidade e de acordo com as especificações exigidas no edital;

5.3. As entregas serão conforme a necessidade de aquisição da secretaria;

5.4. O produto deverá ser entregue diretamente da sede da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

5.5. Saneamento de dúvidas através do contato telefônico, principalmente Whatsapp; as dúvidas com necessidade de mais tempo de entrega com possibilidade de até 3 dias;

5.6. A orientação e saneamento de dúvidas durante a execução do contrato deve ser junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 065/2022, que Regulamenta a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

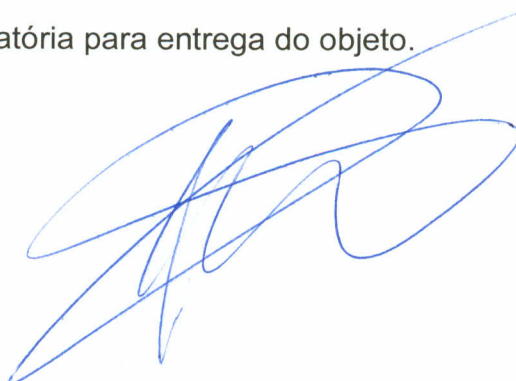
A gestão da presente contratação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras e Viação.

Para fiscalização do será observada a Portaria nº 26/2025.

O servidor que realizar o recebimento, fará a avaliação dos itens de acordo com as características exigidas no edital, ficando a aceitação dos produtos condicionadas ao cumprimento das exigências estabelecidas.

O responsável deverá dar seu visto de recebimento e conformidade dos itens entregues na nota fiscal, obrigatória para entrega do objeto.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO



Os pagamentos serão realizados, respeitadas as regras de cronologia de entregas, mediante Nota Fiscal em nome do Município de Planalto/RS. (Na nota fiscal obrigatoriamente deverá constar: a modalidade de licitação, o número do contrato ou Ata e número da ordem de compras). O pagamento será efetuado em conta corrente específica da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ ou CPF da mesma.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O futuro contratado será selecionado mediante processo de inexigibilidade de licitação.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor de R\$ 15.203,73 (Quinze mil e duzentos e três reais e setenta e três centavos).

Ainda, vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 065/2022, bem como a Lei 14.133/2021.

9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

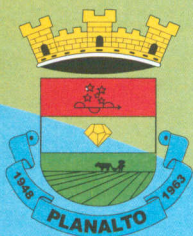
Projeto/atividade 2030 - 3390.30.39.00.00.00 – Material para manutenção de Veículos– 01 LIVRE.

Planalto/RS, 11 de fevereiro de 2025.

Amarildo Rogério Brombilla
Secretário de Obras e Viação

AMARILDO ROGÉRIO BROMBILLA

Secretário Municipal de Obras e Viação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2025

ATA DA REUNIÃO DO AGENTE DE CONTRAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

Às 08:30 horas do dia 12 de fevereiro de 2025, na sala de licitações, presentes o agente de contratação e equipe de apoio, reunidos com o objetivo de analisar documentação e proposta solicitada e enviada para: **AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O ROLO JCB.** Destaca-se que, a comissão teve a incumbência de análise da proposta e documentos para fins de habilitação da empresa.

Planalto/RS, 10 de fevereiro de 2025

MAURÍCIO MERLO

Agente de Contratação

REJANE REGINA ZAMPRONIO

Agente Administrativo

MARIZANE FÁTIMA DA SILVA

Fiscal tributário



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15



Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários
Centro - CEP 98470-000



55 3794-1122 / 55 3794-1133

PARECER JURÍDICO

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA ROLO JCB

Empresa objeto de contratação direta- distribuidora Meridional de Motores Cummins Ltda-CNPJ 90.627.332/001-65

VALOR-R\$15.203,73

Chegou para esta Procuradoria Jurídico para o exame nos termos do Art.8º, §3º, da Lei nº 14.133/2021, sem que seja objeto de análise os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação.

Recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio do art. 5º da Lei nº. 14.133/21, embora o parecer jurídico seja obrigatório, é ato de natureza meramente opinativa não vinculante, cabendo ao gestor tomar a decisão que lhe parecer mais adequada, oportuna e/ou conveniente (STF, AgReg no HC nº 155.020),.

O parecer jurídico visa dar segurança jurídica autoridade assessorada, não retirando a discricionariedade que lhe é conferida pela lei, o assessoramento jurídico só está vinculado à legalidade, e o seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

A presente manifestação jurídica tem por fim o controle prévio de legalidade, conforme estabelece os artigos 53, §4º, e 72, III, da Lei nº 14.133, de 2021.

DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO O procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do art. 37 da CF e art. 5º da Lei 14.133/21, para a seleção da proposta mais vantajosa para a administração a qual será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Administração Pública, de forma a se realizar qualquer contratação em vista de se despendar o erário público da forma mais eficiente e que melhor atenda o interesse público, o que se consubstancia no alcance da proposta mais vantajosa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15



Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários
Centro - CEP 98470-000



55 3794-1122 / 55 3794-1133

A Constituição Federal determinou, como regra, do art. 37, inciso XXI, que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública devem ser precedidos por licitação, como se pode extrair da transcrição da redação do dispositivo ora citado: Art. 37. (omissis) (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Após a edição da revogada lei 8.666/93 e com a edição da Lei nº 14.133/2021, poderá ser inexigível a licitação para contratação de profissional do setor artístico, conforme o estipulado nos termos do Art.74, inciso III, da Lei de Licitações.

No caso em análise, a justificativa apresentada para a contratação direta foi o ART. 74, I da Lei 14.133/202, uma vez que os critérios e requisitos legais estão preenchidos para amoldar o caso concreto à hipótese permissiva excepcional.

O art. 72. da NLL diz que o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço; VIII - autorização da autoridade competente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários
Centro - CEP 98470-000

55 3794-1122 / 55 3794-1133

O presente processo de inexigibilidade visa à contratação de empresa especializada para aquisição de peças do rolo JCB 4CX, pertencente à a Secretaria de Obras desta municipalidade. Justifica neste processo de inexigibilidade em função da empresa CUMMINS LTDA é a única empresa habilitada no Estado do Rio Grande do Sul a prestar assistência técnica e comercializar peças e serviços dos produtos JCB. Desta forma se faz necessário que Administração pública contrate com empresa especializada que atenda a especificidade do produto e serviço solicitado, para o bom funcionamento da Secretaria de Obras.

DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA -Em relação ao Documento de Formalização de Demanda , verifica-se que fora devidamente instruído aos autos deste procedimento, cuja elaboração seguiu as diretrizes normativas que o disciplina, em especial o art. 72, I, da Lei nº. 14.133/21, além do Decreto Federal nº. 10.947/22. 2.3.2.

O estudo técnico preliminar apresentado nos autos os seguintes elementos necessários para a contratação direta e sua justificativa, requisitos da contratação, estimativas de quantidade e levantamento de mercado acompanhado da justificativa e da DECLARAÇÃO da empresa e sua exclusividade no fornecimento da peça no Rio Grande do Sul, a JCB que atende a conveniência da Administração e a solução a contratar de forma direta,

No caso concreto, observa-se que a Administração elaborou o ETP de modo a contemplar as exigências legais mínimas, nos termos do disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC.

DO ORÇAMENTO ESTIMADO E PESQUISA DE PREÇOS, ausente a pesquisa de preços da mesma linha JCB, o Município não realizou pesquisa de estimativa de preços em outras empresas pois as que atende a sua região é padronizado , por tal razão considerou o preço constante na proposta do Contratado, atendeu os parâmetros previstos no art. 23 e art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21.

DA COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA O documento substanciado no Despacho informando existência de Reserva Orçamentária, e no qual também se evidencia a existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa, demonstra



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15



Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários
Centro - CEP 98470-000



55 3794-1122 / 55 3794-1133

a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, atendendo, portanto, ao disposto no caput do artigo 72, IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

DA RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO A razão da escolha do futuro contratado está pautada em critério de empresa ter exclusividade no Rio Grande do Sul para o fornecimento das peças JCB adequado à satisfação do objeto do contrato, estando assim atendido o pressuposto do artigo 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE Com esteio no art. 72, VIII, da Lei nº. 14.133/21, verifica-se dos autos que a autoridade competente autorizou a abertura do processo de contratação direta através de inexigibilidade de licitação. Ao mais, registre-se que a Administração contratante deve dar publicidade ao ato de autorização para abertura de procedimento de inexigibilidade de licitação supramencionado ou ao extrato decorrente do contrato (art. 72, parágrafo único).

COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA No presente caso, afere-se que a futura contratada preenche os requisitos de habilitação mínima necessária, haja vista a juntada dos documentos pertinentes a exigência prevista no art. 72, V, da Lei nº. 14.133/21.

Constata-se, dos autos, fora apresentado o competente parecer jurídico, nos termos do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/21.

Ausente a MINUTA DO TERMO DE CONTRATO- uma vez que será na forma do art. 95 da Lei 14.133/21

OPINA-SE FAVORAVELMENTE pelo prosseguimento do presente processo de inexigibilidade de licitação, e observância ao 53, §3 e art. 54 da Lei 14.133/2021.

É o parecer,

Planalto, 17 de fevereiro de 2025

VALÉRIA CRISTINA BORTOLUZZI

PROCURADORA JURÍDICA

JCB DO BRASIL LTDA

Av. Joseph Cyril Bamford, 3.600

Éden - CEP 18103-139

Sorocaba - SP - Brasil

Tel: +55 (15) 3330-0400

Fax: +55 (15) 3330-0500

www.jcb.com

Sorocaba, 28 de Novembro de 2024.

DECLARAÇÃO

A JCB do Brasil Ltda., situada à Avenida Joseph Cyril Bamford, nº 3600, Éden, na cidade de Sorocaba, SP e registrada sob o CNPJ no. 02.833.372/0001-24 e IE nº. 669.469.110.118, declara para fins exclusivos de cadastramento em órgãos públicos e participações em licitações públicas em geral, que a **Distribuidora Meridional de Motores Cummins S/A.**, com sede na Av. Assis Brasil, 11.000- Bairro Sarandi, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 90.627.332/0001-93 e I.E. 096.099.2405, filial em São Gabriel-RS, CNPJ 90.627.332/0007-89, Inscrição Estadual 120/0114881, endereço na Avenida Antônio Trilha, 977, São Gabriel-RS, filial em Passo Fundo-RS, CNPJ 90.627.332/0011-65, Inscrição Estadual 091/0414050, endereço na Rua Aloncio de Camargo, 1358, Passo Fundo-RS, com o registro na Junta Comercial com o NIRE nº. 43300027163, é no momento, o único distribuidor autorizado no Estado do Rio Grande do Sul, podendo assim vender na respectiva área os produtos produzidos e comercializados pela JCB do Brasil Ltda., a saber:

- Retroescavadeira modelos 214e, 3C, 3CL, 1CX, 3CX, 4CX.
- Empilhadeira todo Terreno modelo 940.
- Pá Carregadeira sobre pneus modelos 422ZX, 426ZX, 427ZX, 437ZX e 455ZX.
- Escavadeira hidráulica modelos JS130, JS160, JS200, JS210, JS220 e JS235.
- Manipulador Telescópico modelos 530-70, 530-110, 531-70, 541-70, 535-125, 540-170 e 540-70
- Carregadeira Compacta modelos SSL135, SSL155, SSL190 e SSL270.
- Empilhadeira Telescópica modelo 35D.
- Mini Escavadeira modelos 8026, 8055, 35Z e 55Z.
- Rolo Compactador modelos CT160-100, CT260-120, VM115 e JCB116D.

Declara ainda que a **Distribuidora Meridional de Motores Cummins S/A.**, é, no momento, a única no estado do Rio Grande do Sul habilitada a prestar a mais ampla assistência técnica e comercializar peças e serviços dos produtos JCB de construção civil e rodoviária, na área em que distribui, nos termos do contrato de distribuição. Ela também está autorizada através da sua filial em Chapecó-SC, CNPJ 90.627.332/0009-40, Inscrição Estadual 257350217, endereço na Rua Valdemiro Belinski, 655, a prestar assistência técnica no estado do Rio Grande do Sul.

A JCB do Brasil tem o registro na Junta Comercial com o NIRE nº. 35215421808.

A presente declaração tem validade até 31 de Maio de 2025 e substitui todas as anteriores.


Adriano dos Santos Merigli
Presidente

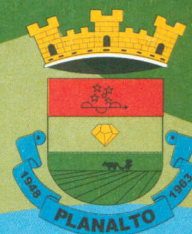

Renato Jordão da Silva
Diretor Financeiro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 04/2025

Nos termos do art. 72, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, acolho o parecer exarado no processo nº 13/2025, Inexigibilidade 04/2025 e autorizo a inexigibilidade de licitação para aquisição de peças para o Rolo JCB, no valor estimado de R\$15.203,73,00 (quinze mil, duzentos e três reais e setenta e três centavos), a contar da assinatura do instrumento de contrato.

Planalto/RS, 18 de fevereiro de 2025.

Cristiano Gnoatto
Prefeito Municipal